

Cética reação dos políticos

por Andrew Greenlees

de Brasília

A proposta do governo Ronald Reagan, dos Estados Unidos, para que o Brasil e seus credores privados superem o impasse na negociação da dívida externa, estimada em US\$ 112 bilhões, tem um item de forte conotação política, para o governo José Sarney — o do imediato entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para um acordo "provisório", ou seja, com prazo até o final deste ano.

Sarney, atrelado ao apoio político do maior partido, o PMDB, ao seu governo e na antevéspera de decisões polêmicas na Constituinte, como a definição do seu próprio mandato, tende a ter dificuldades para obter o aval do PMDB a esse acordo, caso aceite a proposta.

As reações surgiram ontem mesmo. O senador Severo Gomes (PMDB-SP), um dos principais articuladores da área econômica do partido, considerou, por exemplo, que o governo vem agindo "com muita pressa" ao negociar a dívida externa.

Severo Gomes prevê "resistências muito grandes" dentro do PMDB a um eventual acordo com o FMI. "Não dá para ir ao Fundo", resume o senador, que assegura desconhecer qualquer plano do governo nesse sentido. Acha que a trajetória das negociações continua a passar, em primeiro lugar, pelos bancos privados "e, mesmo assim, deve ser bem devagar".

Um dos membros da comissão do Senado Federal que acompanha as negociações no exterior, senador Virgílio Távora (PDS-CE), confirmou ontem o pagamento simbólico de US\$ 1,5 bilhão, que o governo depositaria no Banco da Basileia, Suíça, como sinal de "boa vontade" por parte do governo brasileiro. A negociação, segundo ele, continuaria com os bancos e, "depois, vamos encarar o problema do FMI".

O Partido da Frente Liberal (PFL) apoiaria uma cláusula de consulta ao FMI, como na proposta do governo Reagan — garantiu o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Mário Henrique Simonsen, no Rio, a Vera Saavedra Durrão, deste jornal. "No governo, como um todo, não sei" — comentou Simonsen, que, além de membro, é uma espécie de conselheiro econômico da cúpula do PFL.

Para o empresário Flávio Teles de Menezes, da Sociedade Rural Brasileira, o maior problema dessa negociação será dentro do País: "Temos de cortar os gastos e sanear as empresas públicas".